

## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. DO OBJETO

1.1 Aquisição de Equipamentos e Mobiliários, para atender as necessidades das dependências da nova Unidade de Urgência e Emergência em Lumiar, conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

1.2	<b>Requisitante:</b>	Subsecretaria de Atenção Hospitalar / Unidade de Urgência e Emergência de Lumiar
1.3	<b>Fundamentação legal:</b>	Pregão Eletrônico (Art. 28, I) Lei nº14.133/21
1.4	<b>Período:</b>	Imediato, com entrega em até 30 dias.
1.5	<b>Tipo:</b>	Menor preço unitário (Art. 33, I) Lei nº 14.133/21

1.6 Aquisição de Equipamentos e Mobiliários, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	U/C	Qtd.
01	474160	<b>MICROCOMPUTADOR</b> – Desktop completo - Intel Core 15 12400f 12a Geração, 8GB DDR4, SSD 512GB Windows 10 Pró, ou superior; Monitor 21 Polegadas LED, Mouse e Teclado		Unid	02
02	469326	<b>ASPIRADOR PORTÁTIL</b> , cirúrgico, frasco plástico, volume cerca de 1 litro, Aspirador cirúrgico de sangue e saliva / bomba de vacuo aspiradora, funcionamento através de sistema pistão, isento de óleo, com alça de transporte, bivolt, válvula de segurança contra transbordamento. Com registro na ANVISA e certificado INMETRO.		Unid	01
03	480934	<b>AUTOCLAVE</b> , Aço inoxidável, horizontal, bancada, gravitacional, automática, analógica, sistema segurança para pressão e temperatura, volume da câmara: cerca de 75 litros, manômetro analógico, controle temperatura pressão, 2 bandejas. Com registro na ANVISA e certificado INMETRO.		Unid	01
04	344981	<b>BALANÇA ANTROPOMÉTRICA</b> , capacidade de 200 kg, 100g, 110/220V 50/60HZ, mostrador lcd e antropômetro. Com certificado INMETRO.		Unid	01
05	422519	<b>DEFIBRILADOR</b> - Cardioversor, automático e manual, monitor c/ ECG, SPO2, MP, transcutâneo, onda bifásica, grava eventos, peso máximo de 8,5 kg, bateria recarregável, pás externas embutidas e adesivas, cabo de 3 e 5 vias, carga de 2 a 200J, tipo . Adulto e pediátrico. Com registro na ANVISA e certificado INMETRO.		Unid	01
06	304146	<b>DETECTOR DE BATIMENTOS CARDÍACOS</b> doppler, sonnar portátil, elétrico, ausculta bcf por ultrassom, alta sensibilidade, c/auto-falante, som nítido, regulador volume, saída p/ fone ouvido, 110/220V, frequência 60 hz. Com registro na ANVISA e certificado INMETRO.		Unid	01



07	398184	<b>ELETROCARDIOGRAFO</b> - portátil, digital, visor cristal líquido botões de função, impressão 12 derivações simultâneas, leitura diagnóstica, papel termossensível milimetrado. Com registro na ANVISA e certificado INMETRO.		Unid	01
08	475099	<b>LANTERNA CLÍNICA</b> - com clipe, foco regulável luz branca, confeccionada em duto alumínio, com lâmpada de no mínimo 2,2 Volts de alta luminosidade. O funcionamento através de pilhas AAA		Unid	03
09	458815	<b>LARINGOSCÓPIO</b> - Aço inoxidável, lâmpada de fibra ótica, com 12 lâminas, cabo, adulto, com estojo. Com registro na ANVISA.		Unid	03
10	449619	<b>LARINGOSCÓPIO</b> - Aço inoxidável, lâmpada de fibra ótica, com 5 lâminas, cabo, infantil, com estojo. Com registro na ANVISA.		Unid	02
11	405368	<b>MONITOR MULTIPARÂMETRO</b> - pré configurado/modular, parâmetros: ECG, PNI, PI, SPO2, temp, resp, dc, : tela LCD 12", alta resolução, congelamento tela e memória, alarmes/bateria, arritmias e segmentos st, com cabos e sensores. Com registro na ANVISA e certificado INMETRO.		Unid	04
12	238962	<b>OTOSCÓPIO</b> clínico, portátil, pilha, com lâmpada de fibra ótica e lente de aumento. Com registro na ANVISA.		Unid	01
13	257708	<b>OXIMETRO DIGITAL</b> - portátil, faixa medição oxigênio: 0 a 99 per, tolerância máxima erro medição 1% para 0,1 mg/l e bolsa transporte. Com registro na ANVISA e certificado INMETRO.		Unid	03
14	456409	<b>REANIMADOR MANUAL</b> - Silicone, capacidade cerca 1,5L, máscara plástico rígido c/ coxim silicone, válvula unidirecional pop off cerca 60 cmh2o, reservatório de O2 em plástico c/ válvula, entrada de O2 e extensor pvc, tamanhos: adulto. Com registro na ANVISA.		Unid	06
15	456407	<b>REANIMADOR MANUAL</b> - Silicone, capacidade balão 500 ml, máscara plástico rígido c/ coxim silicone, válvula unidirecional pop off cerca 40 cmh2o, peep, reservatório de O2 em plástico c/ válvula, entrada de O2 e extensor pvc, tamanhos: infantil. Com registro na ANVISA.		Unid	03
16	407730	<b>SUPORTE PARA SORO</b> - Aço inoxidável, coluna inferior em tubo redondo, altura regulável por borboleta mínimo de 4 ganchos na parte superior, rodízios com no mínimo 2" de diâmetro.		Unid	06
17	438089	<b>TERMÔMETRO CLÍNICO</b> - Digital, infravermelho, escala até 50°C, uso em testa, c/ alarmes, medição à distância, memória até 10 medições. Com registro na ANVISA e certificado INMETRO.		Unid	05
18	413267	<b>VENTILADOR ARTIFICIAL ELETRÔNICO</b> - pediátrico/adulto, modos ventilação: VCV, SIMV, CPAP, PCV, VNI, apenas oxigênio, parâmetros VC, FR, fio2, peep, relação I:E, válvulas reguladoras de pressão, bateria interna, alarmes audiovisuais, circuitos completos. Com registro na ANVISA e certificado INMETRO.		Unid	01



19	612582	<b>ARMÁRIO COPA/COZINHA</b> - de parede; confeccionado em aço; Liso; 4 portas; 2 prateleiras. Dimensões, aproximadas: 1,30m x 0,60m x 0,40m (L x A x P) Garantia mínima de 12 meses - Deverá ser entregue montado ou ser montado no local da entrega.		Unid	01
20	375076	<b>ARMÁRIO PARA ESCRITÓRIO</b> em MDP/MDF, alto, fechado, com 02 portas, com no mínimo 03 prateleiras, acabamento em BP, na cor cinza. Dimensões, aproximadas: de 1,70m x 0,90m x 0,40m - Garantia mínima de 12 meses - Deverá ser entregue montado ou ser montado no local da entrega.		Unid	01
21	601719	<b>ARMÁRIO DE AÇO</b> , Chapa Aço 22, cor: Cinza, 2 portas, 4 Prateleiras Dimensões, aproximadas: 1,95m x 1,05m x 0,50m (A x L X P) Capacidade de 70kg por prateleira. Garantia mínima de 12 meses - Deverá ser entregue montado ou ser montado no local da entrega		Unid	05
22	482650	<b>ARQUIVO ESCRITÓRIO</b> , Chapa Aço 26, pintura eletrostática epoxy pó, padrão, tratamento antiferruginoso, 4 gavetas deslizantes, na cor cinza, travamento simultâneo, para pastas suspensas. Garantia mínima de 12 meses - Deverá ser entregue montado ou ser montado no local da entrega.		Unid	02
23	399330	<b>BELICHE</b> estruturadas em madeira resistente ou em aço reforçado, com dimensões aproximadas de 0,80m x 1,90m, (L x C), com escada para acesso a segunda cama. Capacidade de 120kg para cada cama, com colchões densidade D-28, com medidas compatíveis com as camas. Garantia mínima de 12 meses. deverá ser entregue montado ou ser montado no local da entrega.		Unid	02
24	382870	<b>CADEIRA FIXA</b> Confeccionada em aço ou ferro pintado, assento e encosto estofado em curvim, sem apoio de braços		Unid	06
25	469699	<b>CADEIRA SOBRE LONGARINA</b> , 4 assentos em espuma de poliuretano, tecido couríssimo, plástico e metais, na cor preta, medindo aproximadamente 2,30m; dimensões aproximadas de cada assento 45 x 45 x 42 (A x L x P), Garantia mínima de 12 meses, deverá ser entregue montado ou ser montado no local da entrega.		Unid	04
26	329589	<b>ESTANTE DE AÇO</b> - com 06 prateleiras reguláveis, peso mínimo, suportado por bandeja: 60 kg, reforçada, com "X" no fundo e nas laterais, com dimensões aproximadas de 1,98m X 0,90m X 0,40m (A x L x P), pintura eletrostática, na cor cinza cristal, com tratamento antiferruginoso. Produto enquadrado dentro das normas técnicas de segurança e regulamentação. Garantia mínima de 12 meses - deverá ser entregue montado ou ser montado no local da entrega.		Unid	02
27	477962	<b>MESA ESCRITÓRIO</b> - Aglomerado de alta resistência – mdf; tampo na cor cinza claro, dimensões: 0,70m x 0,74m x 1,50m (L x A x C) espessura do tampo: 25mm, com bordas arredondadas e sapatas niveladoras, com 03 gavetas c/chave.. Garantia mínima de 12 meses, deverá ser entregue montado ou ser montado no local da entrega.		Unid	03



28	407740	<b>APOIO DE BRAÇO</b> - para coleta de sangue, aço inoxidável, regulagem de altura por manopla, com 4 pés em ferro fundido, revestimento em courvin ou napa.		Unid	02
29	373084	<b>ARMÁRIO VITRINE</b> - Chapa Aço 22, na cor cinza, com 4 prateleiras vidro c/ 5mm de espessura, fechadura comum dimensões aproximadas: 1,65m X 0,65m X 0,40m ( A x L x P). 1 Porta. Garantia mínima de 12 meses - Deverá ser entregue montado ou ser montado no local da entrega.		Unid	01
30	413128	<b>BANQUETA</b> - estrutura aço, assento plástico giratório, estrutura pintada, cor preta, dimensões, aproximadas: Altura: 60cm, Diâmetro assento: 40cm, altura regulável sistema a gás , apoio para os pés.		Unid	03
31	444802	<b>BIOMBO HOSPITALAR</b> - aço inoxidável, triplo, dobrável, dimensões aproximadas 1,80m x 1,80m (A x C) aberto; divisórias em pvc; com rodízios. Garantia mínima de 12 meses, deverá ser entregue montado ou ser montado no local da entrega.		Unid	06
32	400774	<b>CADEIRA DE RODAS</b> - manual, dobrável em duplo x, aço inoxidável, pintura epóxi, para locomoção, adulto, apoio braços escamoteáveis, encosto e assento em courvin ou napa, pneus dianteiros maciços, apoio pés removível, capacidade mínima de 100Kg. Garantia mínima de 12 meses. Com registro na ANVISA e certificado INMETRO.		Unid	03
33	418804	<b>CADEIRA DE RODAS PARA OBESOS</b> - manual, dobrável em duplo x, aço inoxidável, pintura epóxi, para locomoção, adulto, apoio braços escamoteáveis, encosto e assento em courvin ou napa, pneus dianteiros maciços, apoio pés removível, capacidade mínima de 180Kg. Garantia mínima de 12 meses. Com registro na ANVISA e certificado INMETRO.		Unid	01
34	404743	<b>CAMA HOSPITALAR</b> - estrutura em tubo de aço com tratamento antioxidante e acabamento com pintura em epóxi pó ou material superior. cabeceira, trendelemburg, reverso do trendelemburg, cardíaco, elevação de altura, grades laterais articuláveis e fabricadas em polietileno ou material compatível. Acionamento através de controle remoto a fio ou teclado de membrana localizado nas grades/peseiras. cabeceira e peseira removíveis fabricadas em polietileno ou material compatível. Altura aproximada de 0,80m e comprimento até 2,10m capacidade de carga até 300 kg rodízios de no mínimo 4 polegadas de diâmetro, totalmente em material plástico com pelo menos 1 freio. Acompanha colchão compatível, mínimo densidade 28. Garantia mínima de 12 meses, deverá ser entregue montado ou ser montado no local da entrega. Com registro na ANVISA e certificado INMETRO.		Unid	02
35	463247	<b>MACA CLÍNICA</b> - carro maca tubular em ferro, pintura epóxi, rodas termoplásticas; 4 rodízios de 5"; freio nos 4 rodízios. Dimensões, aproximadas: 1,90m x 0,60m x 0,80m, (C x L x A). Capacidade de carga até 150 kg, suporte de soro removível, pára choque emborrachado; cabeceira regulável por cremalheira, grades laterais rebatíveis, leito fixo c/ colchão, em courvin. Garantia mínima de 12 meses, deverá ser entregue montado ou ser montado no local da entrega. Com registro na ANVISA e		Unid	03



		certificado INMETRO.			
36	473316	<b>ESCADA HOSPITALAR</b> - Aço inoxidável, 2 degraus antiderrapantes, pés com ponteira de borracha.		Unid	06
37	415922	<b>MESA DE MAYO</b> - Estrutura tubular em aço inoxidável; altura regulável; bandeja aço inox, mínimo de 46cm x 30cm; 3 rodízios . Garantia mínima de 12 meses, deverá ser entregue montado ou ser montado no local da entrega.		Unid	06
38	481485	<b>POLTRONA RECLINÁVEL PARA HIDRATAÇÃO</b> - Aço inoxidável, encosto e braços reguláveis, revestidos em curvim, Dimensões, aproximadas: 77 cm x 58cm (A x L), pés com ponteira borracha, espuma alta densidade. Garantia mínima de 12 meses, deverá ser entregue montado ou ser montado no local da entrega. Com registro na ANVISA e certificado INMETRO.		Unid	03
39	218345	<b>FOGÃO A GÁS</b> - Aço inoxidável, convencional, 4 bocas, dimensões aproximadas 62cm x 52cm x 87,50cm, (c x L x A). Certificado INMETRO.		Unid	01
40	285728	<b>FORNO MICROONDAS</b> - Aço inoxidável, capacidade, mínima, 23 litros; medidas aproximadas 48cm x 28cm x 49 cm (C x L x A). Potência 800w, 220V, timer. Cor: branca; Peso, aproximado: 12 kg. Certificado INMETRO.		Unid	01
41	472879	<b>REFRIGERADOR</b> - doméstico, vertical, capacidade mínima 375 litros, 220V, duplex, frost free e degelo automático. Cor: branca. Garantia mínima de 12 meses. Certificado INMETRO.		Unid	02
42	470425	<b>TELEVISOR</b> - Mínimo 42", 110/220Vv, FULL HD, Smart TV, mínimo 3 entradas HDMI, entradas laterais de USBN e AV, recurso Dolby áudio WI-F integrado, Google Assistente Deve acompanhar: controle remoto, manual e cabos. Certificado INMETRO.		Unid	01

1.7. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 1746, de 2022;

1.8. O bem a ser adquirido se enquadra na classificação de bens comuns, nos termo do art. 6º, inciso X da Lei 14.133/2021, a ser contratado(a) mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares e no subitem 1.6 deste Termo de Referência.

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. Aquisição de equipamentos e mobiliários para atender as necessidades da Unidade de Urgência e Emergência de Lumiar, através da realização de certame licitatório, via Pregão Eletrônico, nos termos da Lei 14.133/21, a fim de determinar o fornecimento dos itens pelo menor preço unitário, de forma mais econômica possível à administração.

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO



- 4.1.** Os equipamentos e mobiliários constantes no subitem 2.1 deste Termo de Referência deverão ser entregues sem violação da embalagem, sem deterioração ou qualquer outro fator que possa comprometer seu uso ou qualidade.
- 4.2.** Caso os itens apresentem embalagem violada ou qualquer tipo de comprometimento para seu uso, bem como marca trocada (em desacordo com a proposta apresentada pela licitante) ou em desacordo com o Termo de Referência, caberá à Contratada efetuar a troca, no prazo máximo de 5 dias, se responsabilizando, ademais, por todas as despesas que porventura venham a ocorrer.
- 4.3.** Apresentar à Contratante o certificado do produto emitido pelo INMETRO, quando couber;
- 4.4.** Outrossim, deverão constar nos itens os dados de identificação e procedência, fabricação, validade, número de lote e número do Registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), se aplicável;
- 4.5.** No caso de aplicabilidade, não serão aceitos itens cujos registros no Ministério da Saúde/ANVISA, estejam vencidos, inválidos, pendentes de renovação ou cancelados.
- 4.6.** Caso os itens cotados sejam dispensados do registro na ANVISA, a licitante deverá apresentar cópia do ato de isenção.
- 4.7.** No momento da entrega, os itens deverão ser acompanhados dos seguintes documentos (quando aplicável):
- 4.7.1.** Manual de operação;
  - 4.7.2.** Manual de serviços;
  - 4.7.3.** Esquemas eletrônicos;
  - 4.7.4.** Procedimentos de calibração;
  - 4.7.5.** Procedimentos de manutenção preventiva;
  - 4.7.6.** Certificado de garantia;
- 4.8.** Todos os documentos mencionados nos subitens 4.7.1 a 4.7.6 deverão estar no idioma português(Br).
- 4.9.** A Contratada deverá cumprir as exigências das regulamentações técnicas federal, estadual e municipal que dispõem sobre a qualidade, segurança e desempenho dos itens.
- 4.10.** Fornecer toda e qualquer parte ou acessório necessários ao completo funcionamento de todo o sistema.
- 4.11.** A Contratada deverá fornecer garantia pelo período mínimo de 12 meses para todos os itens constantes no Termo de Referência, a contar da respectiva aceitação.
- 4.12.** Visando a manutenção da garantia mencionada anteriormente, será de responsabilidade da Contratada a entrega, o transporte, a descarga, a colocação, a montagem (caso o bem for entregue desmontado) e a instalação do item (no caso de bens que necessitam de conexões com redes hidráulicas e elétricas, ou instalações entre suas partes, etc) a fim de garantir seu pleno funcionamento.
- 4.13.** Será ainda responsável por vícios ou defeitos de fabricação, bem como desgastes anormais dos equipamentos, suas partes e acessórios obrigando-se ressarcir os danos e substituir os elementos defeituosos, sem ônus a Contratante dentro do prazo de garantia.
- 4.14.** Bem como conceder total garantia quanto à qualidade do material fornecido e efetuar a substituição imediata, e totalmente às suas expensas, de qualquer produto entregue comprovadamente em desacordo com este Termo de Referência, ou seja, fora das especificações técnicas e padrões de qualidade exigidos.
- 4.15.** Durante a vigência do período de garantia, na eventual necessidade de assistência técnica, os custos referentes ao transporte, mão de obra e material utilizado pelos técnicos em função da distância entre a Contratante e o fornecedor ou seu representante técnico serão integralmente pagos pela Contratada.
- 4.16.** A Contratada deverá prestar assessoria profissional para adequação dos pontos (elétricos e/ou hidráulicos) necessários à correta operação de todos os equipamentos, conforme manual do fabricante, além de fornecer à Contratante todas as informações técnicas necessárias e suficientes para a operação correta e segura dos equipamentos.
- 4.17.** A tensão elétrica dos equipamentos solicitados deverá ser de 220v ou Bivolt/automático.
- 4.18.** A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

**4.18.1. Sustentabilidade**





4.18.1.1. A contratação deverá observar os seguintes requisitos quanto da Sustentabilidade, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

a) Só será admitida a oferta de produto previamente notificado/registrado na ANVISA, conforme a Lei nº 6.360, de 1976 e Decreto nº 8.077, de 2013.

b) Só será admitida a oferta de equipamentos, inclusive suas partes e acessórios, com finalidade médica, odontológica, laboratorial ou fisioterápica, utilizados direta ou indiretamente para diagnóstico, tratamento, reabilitação e monitoração em seres humanos, e equipamentos com finalidade de embelezamento e estética que, nos termos da Portaria INMETRO nº 384, de 18 de dezembro de 2020, cumpram os Requisitos de Avaliação da Conformidade e as Especificações para o Selo de Identificação da Conformidade para Equipamentos sob Regime de Vigilância Sanitária - Consolidado, fixados, respectivamente, nos Anexos I e II, disponíveis em <http://www.inmetro.gov.br/legislacao>. (Encontram-se excluídos do escopo de abrangência desses Requisitos os equipamentos que não se enquadram na RDC Anvisa nº 549, de 31 de agosto 2021 ou substitutiva. Para os equipamentos que se enquadram, o Selo de Identificação da Conformidade do INMETRO será compulsório e deverá vir afixado no equipamento.

c) Nos termos do Decreto nº 2.783, de 1998, e Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000, é vedada a oferta de produto ou equipamento que contenha ou faça uso de qualquer das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal

4.18.2. Da exigência de amostra:

4.18.2.1. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o fornecedor interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar, deverá apresentar catálogos/*folders* contendo fotos e especificações do produto ofertado para fins de verificação de conformidade com o solicitado no Termo de Referência.

4.18.2.2. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema;

4.18.2.3. Se o(s) catálogo(s) apresentado(s) pelo primeiro fornecedor classificado não for(em) aceito(s), será analisado a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo fornecedor classificado. Seguir-se-á com a verificação do(s) catálogo(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de um que atenda às especificações constantes no Termo de Referência;

**4.19.** Será solicitado ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie juntamente com a proposta, sob pena de não aceitação:

a) o documento comprobatório da notificação/registro do produto na ANVISA, conforme legislação vigente, notadamente a Lei nº 6.360, de 1976 e o Decreto nº 8.077, de 2013

b) Comprovação de que o equipamento sob Regime de Vigilância Sanitária contém o Selo de Identificação da Conformidade do INMETRO afixado nele.

**4.20.** Não será admitida a subcontratação do objeto contratual;

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

5.1. Os itens deverão ser entregues em parcela única, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do recebimento da nota de empenho.

5.2. Caso não seja possível a entrega no prazo acima, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço:

**5.3.1. Unidade de Urgência e Emergência de Lumiar – Rua Eugênio Spitz, s/nº – Lumiar – Nova Friburgo.**

**5.3.1. Caso no momento da entrega dos itens, a referida Unidade não esteja com sua obra concluída, os materiais deverão ser entregues no galpão localizado na Av. Conselheiro Julius ARP, nº 80, Bloco 12, 3º pavimento, Centro, Nova Friburgo.**



**5.3.2. A contratada, no momento oportuno, deverá verificar junto à Secretaria de Saúde qual dos endereços acima receberá os itens.**

- 5.4. As entregas deverão ser realizadas de segunda à sexta-feira, no horário de 09:00h às 16:00h
- 5.5. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 02 (dois) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- 5.6. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 5.7. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 02 (dois) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 5.8. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 5.9. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
- 5.10. A Contratada deverá oferecer garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.
- 5.11. Visando a manutenção da garantia mencionada no item anterior, será de responsabilidade da Contratada a montagem dos móveis (se forem entregues desmontados) e a instalação dos equipamentos (no caso de itens que necessitam de conexões com redes hidráulicas e elétricas, ou instalações entre suas partes, etc) a fim de garantir seu pleno funcionamento.
- 5.12. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.
- 5.13. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.
- 5.14. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.
- 5.15. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do bem.
- 5.16. Durante a vigência do período de garantia, na eventual necessidade de assistência técnica, os custos referentes ao transporte, mão de obra e material utilizado pelos técnicos em função da distância entre a Contratante e o fornecedor ou seu representante técnico serão integralmente pagos pela Contratada.
- 5.17. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.
- 5.18. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.
- 5.19. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.
- 5.20. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.
- 5.21. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.





5.22. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).

6.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*).

6.3. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

6.4. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

6.5. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

6.6. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

6.7. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).

6.8. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

6.9. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

6.10. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §1º).

6.11. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

6.12. O acompanhamento, a gestão e a fiscalização da contratação serão exercidos por representantes da Contratante, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dar ciência à Administração, na forma do disposto no capítulo VI do título III da Lei Federal nº14.133/21.

6.13. Para o acompanhamento, gestão e fiscalização da execução do presente contrato, serão designados em momento posterior, antes da execução do objeto, agentes públicos gestor/gestor substituto e fiscal/ fiscal substituto.

6.14. O(s) fiscal(is) designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato;

6.15. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão.

6.16. O acompanhamento, a gestão e a fiscalização da contratação serão exercidos por representantes da Contratante, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dar ciência à Administração, na forma do disposto no capítulo VI do título III da Lei Federal nº14.133/21.



6.17. Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 14.133/21 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

6.17.1 Atestar as faturas/notas fiscais da CONTRATADA oriundas da realização dos serviços licitados;

6.17.2 Efetuar os pagamentos devidos, nos prazos estabelecidos, à contratada;

6.17.3 Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

6.17.4 Aplicar as penalidades constantes no item das Sanções Administrativas do presente Termo de Referência, bem como instrumento editalício e Lei nº14.133/21, em caso de descumprimento de qualquer obrigação por parte da CONTRATADA.

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

7.1. As notas fiscais deverão ser emitidas em nome do:

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

**CNPJ: 11.399.442/0001-79**

**AVENIDA ALBERTO BRAUNE, Nº 224, SALA 221, CENTRO, NOVA FRIBURGO/RJ, CEP 28613-001.**

**7.2. Todos os itens deverão ser entregues à Unidade de Urgência e Emergência de Lumiar, situado à Rua Eugênio Spitz, s/nº, Lumiar, Nova Friburgo**

7.3 Da liquidação da despesa:

7.3.1. A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 2493, de 07 de novembro de 2023, [https://pmnf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9\\_64\\_Legislacoes.html](https://pmnf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9_64_Legislacoes.html).

7.3.2. Deverá ser observado no momento da emissão do Documento Fiscal e na liquidação da despesa os dispositivos do Decreto Municipal nº 2.480/2023, o qual dispõe sobre arrecadação do Imposto de Renda incidente na fonte de que trata o art. 157, inciso I, da Constituição Federal, nos pagamentos a pessoas jurídicas efetuados por órgãos, Fundos e Fundação instituída e mantida pelo Município, observando ainda as regras aplicáveis ao Imposto de Renda incidente na fonte estabelecidas pelo art. 64 da Lei Federal nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e pela Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012. [https://pmnf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9\\_64\\_Legislacoes.html](https://pmnf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9_64_Legislacoes.html)

7.4 Do pagamento da despesa:

7.4.1 O pagamento será efetuado conforme estabelecido no Decreto Municipal nº 2493, de 07 de novembro de 2023, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade: Negativa de Débitos Trabalhistas; Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais; FGTS; PGE – referente à Dívida Ativa Estadual; Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa; Estadual CND – referente ao ICMS.

7.4.2 A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

7.4.3 Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (s), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

7.4.4 Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

7.4.5 O pagamento será efetuado pelo Município de Nova Friburgo mediante crédito em conta-corrente da contratada, até o 30º (trigésimo) dia corrido, a contar da atestação da Nota Fiscal apresentada pela contratada, desde que cumpridas as formalidades legais e contratuais previstas, e de acordo com o Decreto Municipal nº 2493, de 07 de novembro de 2023.



## **8. FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR.**

8.1. O fornecedor será selecionado por meio de realização de procedimento licitatório, fundamentada através da lei nº 14.133/2021, de acordo com o disposto nos itens 1.3 e 1.5 deste Termo de Referência;

8.2 Na fase de habilitação da empresa, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

8.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.5. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.6. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.7. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.8. É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.9. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.10. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.11 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

### **8.12. Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:**

#### **8.12.1. Habilitação jurídica:**

**A)** Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

**B)** Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**C)** Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

**D)** Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social



no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**E)** Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

**F)** Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**G)** Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

**H)** Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

**I)** Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

**J)** Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **8.12.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista:**

a - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

b - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c - O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

d - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Municipais (ISS) expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda, e da Certidão da Dívida Ativa Municipal comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra equivalente, tal como certidão positiva com efeito de negativa, na forma da lei;

e - Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Estaduais (ICMS) expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda e da Certidão da Dívida Ativa Estadual comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra(s) equivalente(s), tal (ais) como certidão (ões) positiva(s), com efeito, de negativa(s), na forma da lei;

f - Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual, Distrital ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

g - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida



conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

h - Prova De Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, expedido pela Caixa Econômica Federal –CEF.

i - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

j - Dos benefícios fiscais da ME'S, EPP'S e EQUIPARADAS na fase de habilitação:

k - A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato ou retirada de nota de empenho, no entanto, por ocasião da participação neste certame licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para tanto, mesmo que esta apresente alguma restrição;

l - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal exigida neste edital, será assegurado à microempresa ou empresa de pequeno porte que apresentou o menor preço no certame o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do momento em que for declarada a vencedora, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Municipal, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

m - Falta de regularização da documentação no prazo estabelecido neste edital implicará a decadência do direito à contratação e a aplicação de sanção administrativa, conforme previsto neste edital e na Lei 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes para celebrar a contratação, na ordem de classificação, cancelar o item ou revogar a licitação.

### **8.13 Qualificação Econômico-Financeira:**

8.13.1 - Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.13.2 - Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, há menos de 90 (noventa) dias da data da licitação, exceto quando dela constar o prazo de validade. - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.13.3 - Para a licitante sediada na Cidade de Nova Friburgo, esta prova será feita mediante apresentação de certidão emitida pelo único Distribuidor Oficializado desta Comarca.

8.13.4 - A licitante, sediada em outra comarca ou estado da federação, poderão apresentar, juntamente com as certidões exigidas, declaração passada pelo foro de sua sede ou qualquer outro documento idôneo



que indique os cartórios ou escritórios de registro que controlam a distribuição dos pedidos de falências e concordatas. A declaração poderá ser solicitada como documento complementar pelo pregoeiro.

8.13.5 - No caso de as certidões apontarem a existência de algum fato ou processo relativo à solicitação de falência ou recuperação judicial, a empresa deverá apresentar a certidão emitida pelo foro competente, informando em que fase se encontra o feito em juízo.

8.13.6 - Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso seja comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente.

8.13.7 - Comprovação de capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou valor total estimado da parcela pertinente, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais.

#### **8.14 Qualificação Técnica:**

8.14.1- Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.14.2- Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.14.2.1 - Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

8.14.2.2 - Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.14.3- O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.14.4 - Autorização de Funcionamento (AFE) vigente, emitida pela ANVISA, para os produtos abrangidos pela RDC nº 16, de 1º de abril de 2014, da ANVISA;

8.14.5- Licença Sanitária Estadual ou Municipal vigente apenas para os itens 02, 03, 05, 06, 07, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 32, 33, 34, 35 e 38.

### **9. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES**

#### **9.1 Da Contratada:**

A) Atender a todas as solicitações ao fornecimento do objeto, de acordo com as especificações constantes no Edital, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;





- B) responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento do objeto, de acordo com as especificações constantes no Edital, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;
- C) Efetuar o transporte, a entrega, a descarga e a montagem e/ou instalação dos bens em perfeitas condições, todos os equipamentos 220V ou Bivolt (automático), no prazo e local indicado pela Contratante, em estrita observância das especificações do Termo de Referência e da proposta, acompanhada da respectiva Nota Fiscal Eletrônica COMPLETA constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia, quando for o caso, acompanha das certidões de regularidade fiscal;
- C) reparar, corrigir, remover as suas expensas, no todo ou em parte o(s) objeto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, bem como, providenciar a imediata substituição dos mesmos;
- D) providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quando da entrega do produto;
- E) apresentar, sempre que solicitado documentos que comprovem a procedência do produto fornecido, assim como amostra para análise pela Administração, sem qualquer ônus adicional;
- F) não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do contrato ou da Ata de Registro de Preços;
- G) manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;
- H) responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;
- I) responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;
- J) mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, a empresa vencedora, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta, por no mínimo 12 meses;
- K) manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o Contratante em caso de alteração;

#### **10.2. Da Contratante:**

- A) comunicar a Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas aos objetos entregues;
- B) efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no Contrato;
- C) promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento/prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;
- D) rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações do contrato;
- E) observar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- F) aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;
- G) prestar à CONTRATADA informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;
- H) demais condições constantes do edital de licitação;
- I) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### **10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**



**10.1** O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 14.133/21.

**10.1.1.** Comete infração administrativa a contratada que:

- 10.1.1.1** dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 10.1.1.2** dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 10.1.1.3** dar causa à inexecução total do contrato;
- 10.1.1.4** deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 10.1.1.5** não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 10.1.1.6** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 10.1.1.7** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 10.1.1.8** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 10.1.1.9** fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 10.1.1.10** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 10.1.1.11** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 10.1.1.12** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**10.2.** Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

**10.3** Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:

- 10.3.1** advertência;
- 10.3.2** multa;
- 10.3.3** impedimento de licitar e contratar;
- 10.3.4** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**10.4** compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

**10.5** compensatória no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor da fatura correspondente ao mês em que foi constatada a falta;

**10.6** moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

**10.7** moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

**10.8** Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 3 (três) anos;

**10.9** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;



**10.10** As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;

**10.11** As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis;

**10.12** A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 14.133/21.

## **11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

**11.1** O custo estimado total da contratação é de **R\$ 329.191,47 (trezentos e vinte e nove mil, cento e noventa e um reais e quarenta e sete centavos)**, conforme custos unitários apostos na planilha orçamentária (Anexo II) anexado aos autos.

## **12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**12.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município, na forma abaixo:

<b>Órgão/Unidade Orçamentária</b>	<b>Programa de Trabalho</b>	<b>Fonte</b>	<b>Natureza da Despesa</b>
Unidade de Urgência e Emergência de Lumiar	30001.1030200852.353	1500	449052.01 / 449052.02 / 449052.13/ 449052.14 / 449052.12

## **13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**13.1** Fica desde já determinado que a proposta apresentada pelo ganhador do certame deverá ser acompanhada pela planilha de custos e formação de preços.

**13.2.** Fica eleito o Foro Municipal da Comarca de Nova Friburgo/RJ com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas do certame, que não puderem ser solucionados administrativamente.

Nova Friburgo/RJ, 30 de Junho de 2025.

<b>ELABORADOR:</b>	<b>APOIO TÉCNICO:</b>
<hr/> <b>Érica Ribeiro de Freitas Borges</b> Matr.: 115.268	<hr/> <b>Leslie da Conceição Moura</b> Matr.: 207.520

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal n° 14.133/21, bem como autorizo **O PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.**

Ciente, de acordo:

\_\_\_\_\_  
**LESLIE DA CONCEIÇÃO MOURA**  
Secretário Municipal de Saúde em Exercício  
Matr.: 207.520